



# Anais da Assembléia

Nº 81

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA

### EMENDA Nº 07 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM CONTA O QUE FOI APROVADO PELO PLENÁRIO, **PROMULGA** A SEGUINTE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo único — A alínea "b", do § 1.º, do artigo 92 da Constituição do Estado do Paraná, alterada pela Emenda nº 06, de 19 de abril de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 92. —

§ 1.º —

a) —

b) — Juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir juízes vitalícios".

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, aos 02 de agosto de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

### EMENDA Nº 08 À CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM CONTA O QUE FOI APROVADO PELO PLENÁRIO, **PROMULGA** A SEGUINTE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo único — O art. 107 da Constituição do Paraná, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

Art. 107 —

§ 1.º —

§ 2.º —

"§ 3.º — Excetua-se da vedação do parágrafo anterior, o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato".

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, aos 02 de agosto de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

### EMENDA Nº 09 À CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM CONTA O QUE FOI APROVADO PELO PLENÁRIO, **PROMULGA** A SEGUINTE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

Artigo único — O artigo 94 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94 — O Tribunal de Justiça, com sede na capital e jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de 26 (vinte e seis) desembargadores, cujo número, mediante proposta do Tribunal, poderá ser alterado por Lei".

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, aos 02 de agosto de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM 72/79

Curitiba, 26 de junho de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, objetivando solucionar a situação dos servidores admitidos com base na Lei nº 6.508, de 13 de dezembro de 1973; inclusive dos Professores Suplementaristas, dispõe que os mesmos passem a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, integrando a parte suplementar do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma e condições que especifica.

O elevado interesse público e o grande significado de que é revestido o Plano de Lei que ora submeto à alta apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, estão detalhadamente contidos na inclusa cópia autêntica de Exposição de Motivos firmada pelo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os atuais professores suplementaristas, regidos pela Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, e pelo Decreto n.º 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, que contem, na data desta lei, pelo menos dois anos de exercício nessa categoria, ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino nos termos do parágrafo 2.º, do artigo 2.º do Decreto n.º 1.495, de 16 de janeiro de 1976 e que não sejam ocupantes de cargo público a qualquer título, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Parágrafo único — Para cumprimento do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atuais funções de Professor Suplementarista em igual número de cargos, extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida na Tabela anexa.

Art. 2.º — Os professores cuja situação funcional for alterada por esta lei, serão lotados em estabelecimento de ensino onde já estão lecionando, enquadrando-se na forma da Tabela anexa, conforme a sua atual carga horária, obedecidos os limites de 10, 15 e 22 aulas semanais.

Parágrafo único — Para fins de enquadramentos consideram-se carga horária de 10 aulas semanais para os professores suplementaristas aos quais foram atribuídas de 6 a 10 aulas semanais; de 15 aulas aos professores aos quais foram atribuídas mais de 10 até 15 aulas; de 22 aulas semanais aos professores aos quais foram atribuídas mais de 15 aulas semanais.

Art. 3.º — Os professores suplementaristas, registrados no Ministério da Educação e Cultura e portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração plena, terão enquadramento nos níveis 18, 22 ou 26, segundo a respectiva carga horária; os portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração curta, terão enquadramento nos níveis 16, 19 e 24, segundo a respectiva carga horária; os não portadores de diploma de licenciatura em nível superior, mas portadores de registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura, terão seu enquadramento nos níveis 9, 18 e 22, segundo a respectiva carga horária.

§ 1.º — Aos professores com Licenciatura Plena, enquadrados no nível 26, será paga uma diferença mensal de Cr\$ 365,37 (trezentos e sessenta e cinco cruzeiros e trinta e sete centavos), aos professores com Licenciatura Curta, enquadrados no nível 24, será paga uma diferença mensal de Cr\$ 112,29 (cento e doze cruzeiros e vinte e nove centavos) e aos enquadrados no nível 19, será paga uma diferença mensal de Cr\$ 253,42 (duzentos e cinquenta e três cruzeiros e quarenta e dois centavos), diferenças essas que deverão ser absorvidas com o primeiro reajuste de vencimentos.

§ 2.º — Os professores enquadrados na forma deste artigo, continuarão recebendo de acordo com o número de aulas semanais atualmente designadas até que seja possível a designação, por ato da Secretaria de Educação, de aulas que completem a carga horária prevista para o nível de vencimentos no qual o professor foi enquadrado, de modo que não haja acréscimo imediato de despesas para o Tesouro do Estado nem redução de rendimento mensal desses servidores.

Art. 4.º — Os atuais integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar de que trata a Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto n.º 4.766, de 14 do mesmo mês e ano, que contém, na data desta lei, pelo menos dois anos de exercício nessa categoria, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma do Anexo que constitui parte integrante desta Lei.

§ 1.º — Para o cumprimento das disposições deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atuais funções do Pessoal Suplementar em igual número de cargos, extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida no Anexo.

§ 2.º — Os servidores cuja situação funcional for alterada

por este artigo ficam sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas horas e meia de trabalho, assegurando aos que tiverem a jornada de trabalho e os vencimentos reduzidos, o direito de perceberem horas extraordinárias na forma que dispõe o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Art. 5.º — Para os enquadramentos de que trata esta Lei, deverá o servidor preencher os requisitos do artigo 22, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 6.º — O pessoal atingido pelas disposições desta Lei passa a ser regido pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, (Lei n.º 6.174/70).

Art. 7.º — O tempo de serviço prestado pelo regime da Lei n.º 6.508/73, será contado em dias de exercício, transformado em ano, mês e dias, e reconhecido para todos os efeitos legais, a partir da data do ato administrativo declaratório do direito.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º

CARGO	CARGA HORÁRIA		
	10	15	22
Professor — Licenciatura Plena	Nível 18	Nível 22	Nível 26
Professor — Licenciatura Curta	Nível 16	Nível 19	Nível 24
Professor — Não Licenciado	Nível 09	Nível 18	Nível 22

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 4.º

SITUAÇÃO ATUAL COMO P.S. NO REGIME DA LEI N.º 6.508/73		SITUAÇÃO PROPOSTA COMO INTEGRANTE DA PARTE SUPLEMENTAR DO QUADRO ÚNICO DO PODER EXECUTIVO.	
CATEGORIA	SÍMBOLO	CLASSE ÚNICA	NÍVEL
Braçal	P.S.1.1.	Auxiliar de Serviços Diveros	04
Braçal	P.S.1.2.		
Braçal	P.S.1.3.		
Serv. Auxiliares	P.S.2.1.	Auxiliar de Escritório	12
Serv. Auxiliares	P.S.2.2.		
Serv. Auxiliares	P.S.2.3.		
Serviços Profissionais	P.S.3.1.	Auxiliar de Serviços Profissionais	18
Serv. Profis.	P.S.3.2.		
Serv. Profis.	P.S.3.3.		

SECRETARIA DOS RECURSOS HUMANOS  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com vistas a uma solução definitiva para a atual situação dos Professores Suplementaristas e o Pessoal Suplementar, do Estado, esta Secretaria, em estreita ligação com a Secretaria da Educação, procedeu aos necessários estudos e elaborou a minuta de anteprojeto de lei que vai em anexo, com a qual se pretende que os servidores admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, passem a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, integrando a parte extinta do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

2. Para alcançar o fim colimado, a minuta de anteprojeto de lei prevê a transformação das atuais funções de Professor Suplementarista e Pessoal Suplementar em cargos extintos quando vagarem, integrando o Quadro Único de Pessoal, desde que

contém eles, pelo menos, dois anos de exercício naquela categoria funcional.

3. No caso dos Professores Suplementaristas, pretende-se estabelecer, também, que só serão beneficiados aqueles que não são ocupantes de outros cargos a qualquer título. Esse requisito está apoiado no fato de que pretende a Administração dar uma situação permanente aos servidores temporários que, por mais de dois anos, prestam serviços públicos.

4. Esse pessoal já tem em seu favor, pelas próprias disposições da Lei n.º 6.508/73, a Previdência Social feita pelo Instituto de Previdência do Estado e a aposentadoria pelos cofres públicos, situação essa que os caracteriza como assemelhados dos funcionários públicos.

5. A medida proposta garante, ainda, tanto para os professores quanto para o pessoal administrativo, vencimentos semelhantes aos que os mesmos vem recebendo na atual situação temporária, com a possibilidade de adquirirem de imediato, vantagens funcionais como os adicionais decorrentes de quinquênios de serviços, prestação de serviços extraordinários e outras estabelecidas no Estatuto.

a) SEGISMUNDO MOGENSTERN  
Secretário de Estado

— Ao Departamento Legislativo.

#### Ofícios:

Sob o n.º 028/79, da Escola Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffen — do Município de Altônia, solicitando aos Senhores Parlamentares para interceder junto ao Governador do Estado, no sentido de conseguir a estabilidade para os professores suplementaristas. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 102/79, do Senhor Edno Marques Xavier, Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, encaminhando requerimento no qual solicita a este Poder para que haja uma revisão no critério adotado, quanto a aposentadoria do trabalhador rural. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 155/79, do Senhor Emílio Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Araucária, comunicando aprovação por unanimidade de votos, proposição da Câmara Municipal de Salto do Lontra - PR. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 04/79, do Senhor Ernani Portes, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, comunicando que foi aprovado o requerimento de autoria das Bancadas da ARENA e do MDB daquela Casa, no sentido de ultimar a reforma constitucional anunciada pelo Deputado Flávio Márcilio, de modo a restaurar o exercício pleno do Parlamento brasileiro, no seus três níveis: Municipal, Estadual e Federal. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 156/79, do Senhor Durval Emídio dos Santos, Prefeito Municipal de Altônia, solicitando aos Senhores Parlamentares a costumeira atenção aos suplementaristas que contam com mais de cinco anos de serviços prestados ao Estado do Paraná, no sentido de que os mesmos sejam efetivados, dentro das possibilidades da Lei. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 365/79, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social — do Município de Maringá, encaminhando a este Poder o relatório de serviços prestados por aquela Secretaria. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor José Carlos Gozalan, Prefeito Municipal de Xambê, solicitando aos Senhores Parlamentares, a interferência junto aos órgãos competentes, visando a estabilidade a todos os suplementaristas do Estado do Paraná. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 1770/79, do Senhor Lavinho de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul — Estado de São Paulo, comunicando que aprovou o requerimento de autoria do vereador João Carlos Rosa Neto, no qual solicita que modifiquem o Decreto Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, no sentido de que os Vereadores tenham a garantia de imunidade por suas palavras, opiniões e votos proferidos em função de

seus cargos. — **Ao conhecimento da Casa.**

#### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, indico para comporem a Comissão Especial para representar este Poder no Simpósio Nacional do Alcool Carburante, a ser realizado em Londrina, de nove a onze do corrente mês, os Senhores Deputados Fuad Nacli, Lázaro Dumont e Dácio Leonel.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, indico a Vossa Excelência, os Senhores Deputados FIORI LUIZ e JOSÉ TAVARES da Bancada do MDB, para comporem a Comissão Especial que irá a Londrina, para o Simpósio do Alcool e Carburante.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Alfred Käfer, ocorrido no dia 1.º/08/79, na cidade de Toledo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1979.

(a) EGON PUDELL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício à TELEPAR, solicitando a instalação de uma linha telefônica no Distrito de Rio Sagrado, Município de Morretes, na BR-277, KM-32, Posto São Jorge.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma área de grande importância para o Município de Morretes, e tal pedido vem atender a milhares de pessoas carentes desse meio de comunicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor EULER MERLIN, DD. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, solicitando seja enviada cópia de sindicância realizada no 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

O recebimento do ofício 652 do Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná por nós recebido, deu-nos ciência do resultado da Sindicância efetuada no 13.º distrito Rodoviário de Campo

Mourão, mas a nossa solicitação se prende a um melhor conhecimento da mesma, para que realmente possamos nos inteirar dos fatos.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 105/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da "ESCOLA PADRE ARNALDO JANSEN - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU", com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1979.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de aproximação mais íntima dos educadores — pais e mestres, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo na sociedade humana.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras, de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Recebi, ontem, uma reivindicação dos moradores do Distrito de Tamarana, em Londrina, com relação ao asfaltamento do acesso da Rodovia Londrina-Mauá, até a sede do distrito, num total de 2.200 metros.

Em março deste ano, foi iniciado o serviço de terraplenagem, mas, no mês de abril, as máquinas foram retiradas, a terraplenagem está incompleta e a população daquele distrito, com mais de 20 mil habitantes, está a exigir do Governo do Estado, da Secretaria de Transportes, a conclusão da terraplenagem e, conseqüentemente, o asfalto.

Tamarana é hoje maior em população, superior a 75 municípios do Paraná, com uma produção agrícola das mais expressivas, e já há muitos anos que aquele distrito tem solicitado, tem apelado ao Governo, o asfaltamento daquele acesso de 2.200 metros.

O ex-Governador iniciou o trabalho de terraplenagem e o atual Governo retirou as máquinas, deixando um trabalho incompleto e inacabado, aliás, não é só neste acesso da Mauá até o Distrito de Tamarana. O Deputado José Tavares levantava aqui também o asfalto de Bela Vista do Paraíso a Sertãoópolis, onde as máquinas foram também retiradas.

Em nome da população de Tamarana, do Distrito de Tamarana, com mais de 20 mil habitantes, nós apelamos e, na segunda-feira entraremos com um requerimento junto ao Secretário dos Transportes, exigindo a conclusão dos trabalhos. Porque não se entende um trabalho iniciado numa administração e ele não ter seqüência na atual administração.

É o apelo que nós fazemos em nome dos 20 mil moradores do Distrito de Tamarana, um dos maiores centros de produção agrícola do Estado do Paraná.

E, na segunda-feira, Sr. Presidente, entraremos com requerimento, solicitando e exigindo do Secretário de Transportes, que conclua aquele trabalho iniciado pelo Governador passado, que neste atual Governo as máquinas foram retiradas, está lá a tranqueira toda, ficou pior do que estava antes.

É hora de se começar a cobrar do atual Governo, que já vai para quase cinco meses de administração, alguma coisa pal-

pável no Estado do Paraná, e não apenas viagens, buscando contatos políticos para reformulação partidária.

Há que se olhar para o drama social do Paraná, para o problema dos professores, e, principalmente, para essas estradas que foram iniciadas com a terraplenagem, e cujas máquinas foram retiradas, sem que ninguém venha a público explicar as razões.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 11 do mês de maio próximo passado, solicitamos a esta Casa, a instauração de uma sindicância no 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão.

A sindicância foi instaurada, vários funcionários foram ouvidos, 15 trabalhadores daquele distrito foram ouvidos, e cujas denúncias foram as seguintes: a) distribuição de diárias frias, com falsificação de assinaturas de funcionários; b) abastecimento de veículos com gasolina do DER; venda de óleo queimado a particulares; d) construção de ponte, bueiros e terraplenagem em propriedades particulares com gasto de material no valor de 1.500 mil cruzeiros; fornecimento de madeiras, ferro, cimento, pregos a associações particulares; f) demissão de funcionários sem justa causa; construção de pontes sem o devido respaldo técnico; concorrência dirigida com participação de firmas que não eram do ramo; fornecimento de luz, água etc., do DER, a membros da família do Chefe do DER de Campo Mourão; corte de dias de funcionários com atestado médico; venda de ônibus de funcionários sem autorização da Assembléia Geral e não prestou contas do dinheiro.

E quando retornamos, agora, do recesso parlamentar, recebemos um ofício do Ilustríssimo Senhor Euler Merlin, Diretor do DER, dirigido ao Sr. Deputado Basílio Zanusso e que diz o seguinte:

"É nossa intenção levar ao conhecimento de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício n.º 438/79/DA/DE/SC, dessa Casa de Leis, que encaminhou a este órgão requerimento formulado pelo Deputado Darcy Deitos, apontando irregularidades que estariam ocorrendo em Campo Mourão, sede do 13.º Distrito Rodoviário deste Departamento, que determinamos a instauração de Sindicância, visando apurar os fatos narrados.

Concluiu a Comissão respectiva pela improcedência das imputações feitas àquela Chefia, por efetiva carência de provas.

Colocando-nos à disposição de Vossa Excelência, valem-nos do ensejo para expressar nossos protestos de estima e consideração.

As. Euler Merlin".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante desses fatos e que nada foi apurado, diante de denúncias sérias efetuadas por funcionários daquele Departamento, quando tenho em mãos uma guia para fornecimento de gasolina a veículos particulares; quando tenho em mãos uma ficha de fornecimento de inúmeros materiais para construção em obras particulares; quando tenho em mãos fotocópia de uma ficha de materiais fornecidos para construção de uma ponte numa estrada particular, por esse motivo que, nesta oportunidade, estou solicitando a esta Casa o envio de expediente ao Sr. Euler Merlin, Diretor Geral do DER, solicitando o envio de cópia da sindicância efetuada no 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito.

Não se encontrando o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente não era nosso propósito ocupar a tribuna, na sessão de hoje.

Todavia, face à presença, também na tribuna, deste velho companheiro de lides radiofônicas e, hoje, companheiro desta Casa, Deputado Fiori Luiz, ao trazer o problema da pavimentação asfáltica na ligação com o Distrito de Tamarana, fez com que aqui comparecêssemos, porque, efetivamente, tendo em conta de que, no Governo passado, por diversas vezes, mantivemos contato com o então Governador Jayme Canet Júnior, na busca de importantes melhorias para o Distrito de Tamarana, dentre elas a pavimentação asfáltica daquele acesso, há tanto tempo reclamado, há tanto tempo sonhado. Os apelos que fizemos a Sua Excelência para que ali se construísse novo prédio para Delegacia de Polícia, inclusive com fotografias que mandamos, na época, elaborar em Tamarana e que trouxemos para apresentar ao Sr. Governador. E, no final, saímos com a convicção de que, efetivamente, teríamos a realização das obras.

Hoje, o novo prédio da Delegacia de Polícia de Tamarana já é uma realidade. Está pronto e em funcionamento desde o mês de março do corrente ano.

A pavimentação asfáltica: é preciso que aqui se justifique que, efetivamente, os trabalhos de terraplenagem foram feitos. Estive, há 20 dias, no Distrito de Tamarana e fui também verificar a condição daquela estrada. A pavimentação está quase toda concluída. Apenas gostaria, assim, não de polemizar o assunto, mas em função da posição do nobre Deputado Fiori Luiz, cujo pensamento coincide com o nosso que é o de realmente se dar, com a maior brevidade, o asfalto tantos anos sonhado por Tamarana. Mas nós encontramos uma justificativa, quando lá estivemos, com referência à chegada no Distrito de Tamarana, que ali deveria ser removido um armazém, que existe logo na entrada, para que pudesse ser feita a pavimentação asfáltica que não pode ser feita, em etapas, ainda mais em se tratando de um acesso de pouco mais de dois quilômetros; evidentemente o material, o pavimento, em si, ele deve ser colocado de uma só vez, sem interrupção. E tomamos conhecimento que havia já sido feito uma solicitação ao Sr. Prefeito do Município de Londrina, ex-Deputado Antônio Belinati, que iria, também com a prefeitura, prestar uma colaboração para que fosse então deixado em condições aquele trecho, onde se encontra o armazém, para que fosse iniciada a pavimentação asfáltica.

Esta foi a última informação. Que mais valê muito bem a sua presença para que possamos dar uma demonstração de que realmente, todos nós estamos preocupados com este problema e esperamos efetivamente que a Secretaria dos Transportes, através do seu núcleo de Londrina, uma vez que a obra está sendo feita por administração direta, através do setor de Londrina, e que tenhamos, de imediato, a realização desta obra.

E é por esta razão que nós comparecendo à tribuna, viemos, Deputado Fiori Luiz para trazer este esclarecimento, para que possamos pensar juntos neste mesmo sentido, parabenizando-me com Vossa Excelência pelo interesse demonstrado pela causa e para que possamos ter efetivamente a solução, mais breve possível, para que tenhamos o acesso asfáltico à Tamarana; que muito mais do que um distrito, diga-se de passagem, é uma cidade muito mais importante, do que muitos municípios que existem no Estado do Paraná. A nossa presença fica assim, portanto, com este registro, de parabéns a Vossa Excelência e da nossa integração total nesta causa que é uma causa da gente de Tamarana, e porque não do próprio Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jurandir Messias, ilustre representante de Pitanga, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Despertou o interesse, desse parlamentar, o assunto trazi-

do a esta Casa, pelo Deputado Fiori Luiz. É verdade que despertou tanto que o próprio Deputado Dácio Leonel, também veio a esta tribuna para colocar o seu posicionamento referente a este problema de acessos que estão paralisados.

Quero, Deputado Fiori Luiz, também dizer o meu pensamento, e dar o meu apoio ao seu pronunciamento. Não pretendíamos, usar da tribuna, mas não queremos que assuntos relevantes e do interesse da comunidade sejam abordados por eminentes Pares, como Vossa Excelência, Deputado Fiori Luiz, e ficarmos omissos; não poderíamos deixar de dar a nossa pequena colaboração. E é o que fazemos e o que pretendemos.

Realmente, não foi só o acesso de Tamarana, que sofreu esta paralisação, mas foram todos os acessos; foram todas as rodovias; e rodovias de grande importância para o setor econômico do Estado do Paraná. E citaria como exemplo, a estrada asfáltica que liga Pitanga a Campo Mourão. Estrada já com o seu serviço de terraplenagem feito, realizado, com o início do asfaltamento e que sofreu também esta paralisação. Mas quero informar ao meu Colega, Deputado Fiori Luiz e ao Deputado Dácio Leonel, que, em audiência com Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga e com o Sr. Secretário dos Transportes, fui por eles informado que, esta paralisação é momentânea e que a agilização desses serviços de asfalto, mesmo de acesso, e das estradas consideradas prioritárias pelo Governo Ney Braga, sofrerão poucos meses de paralisação. A justificativa é de que o Governo não tem, no momento, recursos para dar prosseguimento a essas obras. E nós temos de convir que, se o Governo do Estado — o que é do conhecimento de todos os Pares desta Casa independentemente de partido político — não tem recursos, não tem dinheiro para dar prosseguimento, o que nos resta é aguardar, o que nos resta é colaborar para que o Governo um dia, talvez ainda este ano ou no início de 1980, dê prosseguimento a essas obras. Mas para tanto, é preciso a colaboração, é preciso a compreensão, principalmente dos nobres Pares desta Casa; nós, que temos a obrigação de defender, de atender o povo do Paraná, independentemente de região, eis que somos Deputados do Estado do Paraná. Então devemos, Srs. Deputados, dar este voto de confiança ao Governo do Estado do Paraná e dar a ele a nossa sustentação político-administrativa, principalmente aqui na Assembléia Legislativa, para que o povo deste Estado tenha conhecimento de que, se essas obras sofrerem paralisação, se essas obras não estão tendo continuidade, é porque houve motivo de força maior.

Assim entendendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamo veementemente aos nobres Pares, para que tenhamos, conjuntamente, esta paciência porque haveremos, tenho certeza, de, muito em breve, ter, todos juntos, uma administração pujante por parte do Governador Ney Braga, Governador que todos os Senhores conhecem muito bem de administrações passadas no Estado do Paraná.

Confesso que na minha região, essa estrada a que me referi no início do meu pronunciamento, é uma das estradas prioritárias no Estado do Paraná, estrada que já deveria estar concluída, que foi iniciada no seu primeiro Governo, no primeiro Governo do atual Governador Ney Braga, que foi quem deu início àquela estrada e que, no Governo de Paulo Pimentel infelizmente sofreu a sua paralisação, não teve a sua continuidade e não sabemos, até hoje, o porquê daquela paralisação. Paulo Pimentel nunca veio a público dizer o porquê parou aquela estrada. E Ney Braga que voltou agora ao governo, garantiu-nos e garantiu ao povo da minha região, que haverá de muito em breve, inaugurar aquela estrada por ele iniciada em 1961.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvi atentamente o pronunciamento do ilustre represen-

tante da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Fiori Luiz, e dos nossos companheiros de bancada Deputados Dácio Leonel e Jurandir Messias, e queremos, neste instante, apenas para uma pequena observação, dizer ao povo do Paraná, que em nossa região as estradas continuam. Na região de Joaquim Távora e Guapirama, o asfalto continua. De Ribeirão do Pinhal a Judiaí do Sul, o asfalto continua. Então é nesse instante que teremos que vir aqui, embora lamentando ter que discordar de companheiros, para dizer ao povo do Paraná, que é apenas uma pausa para reciclagem das verbas em que o Governo há de aplicar em benefício do povo. Não podemos neste momento, fazer uma oposição sistemática aos homens que querem ver o Paraná, surgindo como o primeiro ou segundo Estado da Federação.

Jayme Canet Júnior, o homem do asfalto, o homem que elevou o Paraná, 4.000 e poucos quilômetros de asfalto, merece o nosso respeito. Ney Braga, o homem que indicou Jayme Canet para o Governo do Estado, merece a nossa consideração. É apenas Senhor Presidente, Senhores Deputados, a imprensa do meu Paraná, uma pausa para que o Governo estruturando o problema financeiro do Estado, e todo mundo sabe que em nosso País, como em todos os países em desenvolvimento se está sofrendo na carne, o problema da inflação, o problema da falta de verbas e o problema da falta de numerário, em virtude do grande flagelo do petróleo.

Quando vemos Ney Braga a solicitar créditos para a implantação de rodovias alimentadoras, de rodovias prioritárias, então temos que abrir um voto de confiança.

Façamos um paralelo, Senhor Presidente, façamos um paralelo, Senhores Deputados, do que foi o Paraná antes do Governo Canet, do que foi o Paraná antes do Governo Ney Braga, e do que será o Paraná, no momento em que o eminente Governador Ney Braga entregar o Governo, com suas estradas e seus acessos asfaltados.

E é por isso que, nesse momento, precisamos de compreensão, precisamos ver que estão aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. É preciso que se veja e que se diga, porque o Paraná, hoje, é um Estado líder em estradas asfaltadas, que se faça um paralelo com os outros Estados da Federação, para depois vir-se criticar o Governo, que, por um lapso de tempo para estruturar o seu esquema financeiro, e o seu esquema viário, paralisa momentaneamente, obras que não de ser prioritárias, e é nesse instante que a nossa confiança no Secretário dos Transportes, como tivemos no "Gigante do Asfalto", que é Osiris Guimarães, havemos de ter o Dr. Edson, a nossa confiança absoluta, porque o Paraná não pode parar, porque Ney Braga, o homem da mão firme, o homem que há de trazer ao Paraná, dinheiro, para que continuemos a obra de Jayme Canet Júnior, esta magnífica obra, para que venham mais "cascas de ovo" para o Paraná, para podermos dizer um basta à poeira e ao barro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Vossa Excelência tem um minuto para concluir, Senhor Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Complementarei. E é por isso que eu digo, na minha região, graças a Deus, o asfalto continua, e haveremos com Ney Braga, com a equipe do Dr. Nivaldo e com a ex-equipe de Osiris Guimarães, representada pelo Dr. Palácio, de inaugurar em nossas estradas, as estradas que o povo merece.

Muito obrigado, e à Oposição, ao meu amigo Fiori Luiz, vamos pensar num adágio popular: "Paciência em caldo de galinha, não faz mal para ninguém". Aguardem, que daqui a quatro anos, teremos essa gigantesca obra de Ney Braga e Canet são duas figuras que não de ser lembradas pela posteridade, porque Canet foi o único homem que deu 4.500 quilômetros de asfalto e Ney Braga foi o homem que indicou Canet. E nós haveremos de, unidos, vencermos esta etapa que é a etapa paranaense, esta etapa que é a etapa que entusiasma os homens

de boa vontade, entusiasmo o nosso povo, Sr. Presidente, porque estamos vendo no Paraná, estamos vendo em nossa região o asfalto negro, o asfalto negro em contraste com o verdejante da agricultura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O assunto já se tornou rotina e praticamente um tabu quando se trata de apurar responsabilidade e punir os culpados por delitos de corrupção.

Recentemente observamos estarecidos, as barbaridades praticadas por um tal de "Anastacio Somoza", que desgraçou toda uma população de sua pátria — a Nicarágua.

Não muito distante, assistimos pasmados pelos noticiários dos jornais e televisões, as atrocidades cometidas pelo "Semi-Deus" Idi Amin Dadá, que nas suas alucinações conversava até com elefantes e jacarés.

Da mesma forma não podemos esquecer o tirano Bokassa que na África Central mandou trucidar uma centena de crianças que se opunham a usar os uniformes confeccionados na fábrica de sua mulher.

Não vai muito longe o escândalo de Lockheed, no vergonhoso suborno na compra de aviões que culminou com a queda do primeiro ministro Tanaka, do Japão e outras figuras proeminentes da Itália.

Não podemos esquecer as transações do grupo Lufala, a compra e venda da Light e outras imoralidades administrativas que se sucedem sob os olhos beneplácitos do governo.

Parece-nos que a corrupção já se tornou uma constante e é sinônimo de "vivacidade", de "inteligência", de "grande visão", de "habilidade", de "esperteza" ou "tirocínio para negócios". Tudo isto não passa de escroqueria, de desonestidade e, com perdão da expressão: de patifaria.

Mas que acontece a todos esses ladrões? Absolutamente nada! Sempre é instaurado "um rigoroso inquérito" para apurar as responsabilidades dos implicados, cujos famosos inquéritos terminam nas gavetas das delegacias de polícia ou, quando chegam a juízo, alguém se encarregada de deixá-los prescrever pelo decurso de prazo, e assim se tornam impunes os crimes praticados por esses marginais.

Determinados escândalos chegam ao conhecimento público, porém a maioria se consome no torvelinho das famosas "crises" normalmente fomentadas pelo próprio governo, para desviar a atenção do povo a fim de ultimar manobras políticas escusas.

Não faz muito tempo estourou um escândalo administrativo numa das cidades de nossa influência política — Umuarama — onde o prefeito levou o município a um verdadeiro caos, para eleger o seu filho deputado federal e também para comprar as fazendas de gado que hoje possui. As greves e os protestos do povo foram tão grandes que o governo resolveu "renunciar" o prefeito e usar de todos os meios possíveis e imagináveis para compelir o vice-Prefeito e ex-Deputado Estadual Tuguio Setogute a assumir o cargo, com visíveis prejuízos para este último, que encontrou um município esfacelado, desacreditado, endividado e comprometido financeiramente.

Justiça lhe seja feita, o Sr. Prefeito Tuguio Setogute tem se esforçado ao máximo para equilibrar as finanças do município, todavia não acreditamos que venha a lograr êxito. Considerando-se que o governo ao invés de auxiliá-lo com o fornecimento de verbas e materiais destinados à reconstrução dos escombros deixados pelo "Furacão João Cioni Neto", mais conhecido naquela região como o célebre personagem da novela Pai Herói, o Baldarachi, limitou-se, repetimos, a facilitar-lhe contração de empréstimo junto a financeiras.

Ora, pedir emprestado, todos nós sabemos, porém, poucos sabem saldar tais empréstimos contraídos e, neste caso, o povo



de minha cidade continuará mais onerado ainda, do que quando o "Baldrachi" deixou a Prefeitura de Umuarama.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o motivo primordial que me traz a esta tribuna, é para denunciar ao povo de nossa terra as calamidades que estão ocorrendo no Município de Cruzeiro do Oeste, região onde também influo politicamente.

Sem medo de errar, afirmo que a corrupção em Cruzeiro do Oeste é tão grande ou maior que a existente em Umuarama. Como se não bastassem as emissões de centenas de carteiras de motoristas falsas expedidas em Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, Loanda e outras cidades paranaenses, conforme temos notícias veiculadas pelos periódicos da imprensa, ainda temos um prefeito municipal altamente corrompido e corruptor em Cruzeiro do Oeste.

O seu antecessor não logrou ter aprovadas as suas contas pelo Tribunal de Contas do Estado, em nenhum dos anos do período da sua gestão. O atual Prefeito de Cruzeiro do Oeste tem praticado os maiores desatinos, aos moldes do seu antecessor que lhe deixou os mesmos encargos. Senão, vejamos:

Conforme se infere pelo Parecer n.º 207/77 do egrégio Tribunal de Contas do Estado, cujo documento temos em nosso poder, as contas daquela prefeitura não foram aprovadas, porém paradoxalmente, a Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste as aprovou por sete votos contra dois, sendo estes dois votos da Oposição.

Por intermédio de advogado constituído, o cidadão João Ferreira ingressou em Juízo, dirigindo-se ao Dr. Promotor de Justiça, conforme Decreto-Lei n.º 201/67, denunciando uma série de falcatruas do Prefeito Jair Pessoa de Moraes, de Cruzeiro do Oeste, consoante documentos que temos em nosso poder, porém até a presente data não houve denúncia por parte daquela autoridade, que, como sempre fazem tais autoridades, remeteu os autos à Delegacia de Polícia para instauração de "rigoroso inquérito", muito embora a petição estivesse acompanhada com farta documentação comprobatória das desonestidades do Prefeito.

O aludido Prefeito de Cruzeiro do Oeste transformou aquela cidade numa verdadeira "Belfast" - Irlanda, acirrando animosidades religiosas, haja visto que na prefeitura local não são admitidos católicos; somente protestantes ou evangélicos, conseguem emprego naquela municipalidade, mas assim mesmo não recebem seus vencimentos que estão atrasados há oito meses.

Em razão desses e outros vários casos, o mesmo cidadão João Ferreira, vendo que a Justiça com a sua interminável burocracia não dava nenhuma solução para a emergência do caso, resolveu formular uma denúncia à Câmara Municipal, juntando um interminável número de documentos, cuja denúncia foi recebida pela unanimidade dos Senhores Vereadores e constituída uma comissão processante que se encontra coligindo mais elementos, inquirindo testemunhas, elaborando relatórios e investigando o vultoso desvio de verbas públicas.

Para que Vossas Excelências tenham uma idéia da extensão das desonestidades praticadas pelo alcaide de Cruzeiro do Oeste, citaremos algumas:

A firma "Sérgio Stanesco", com sede no Parque Colúmbia - Rio de Janeiro, emitiu as notas fiscais de n.ºs: 181 a 187, durante o mês de agosto de 1977, para consertos de diferenciais de veículos, eixos, carcaça, diferencial, macado hidráulico, etc., num total de Cr\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros):

Acontece que essa firma é fantasma, assim como já foi apurado que não existe o tal parque colúmbia no Rio de Janeiro e, mais, as famosas notas fiscais trazem impresso o C.O.F. (Cadastro de Pessoa Física) quando é sabido que as notas fiscais trazem impresso é o C.G.C. (Cadastro Geral de Contribuintes).

Além do mais, essas notas fiscais foram emitidas em data de 27 de agosto de 1977, porém antes de serem emitidas,

ou seja, em data de 12 de agosto de 1977, já haviam sido autenticadas, o que bem demonstra fraude.

Como se isso não bastasse, é inacreditável que uma prefeitura do Noroeste do Paraná, no caso, Cruzeiro do Oeste, ao invés de consertar um macoco hidráulico em suas próprias oficinas, o fosse enviar ao Rio de Janeiro, pagando um frete elevado, quando existem oficinas em Umuarama, Maringá, Londrina ou Curitiba.

Mais assombroso ainda, foi a "compra" de 2.300 (dois mil e trezentas) escovas de dente e 1.500 (um mil e quinhentos) pentes e "outros bagulhos" conforme expressão da "Tribuna do Oeste" de 3 de maio de 1979, que custou mais de Cr\$... 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Porisso o Presidente do Diretório Municipal do M.D.B. (Movimento Democrático Brasileiro) de Cruzeiro do Oeste disse textualmente: "Queremos que o Jair permaneça na Prefeitura até o final do seu mandato. Depois disso vamos ver com que cara a ARENA vai sair às ruas para pedir de novo o voto do povo".

Mas a culpa não é da ARENA, que é um partido político tão bom o quanto o MDB; a culpa é de maus elementos, de criaturas desonestas que se utilizam desses partidos, para cometerem as mais variadas falcatruas, comprometendo, conseqüentemente, toda uma organização, todo um governo.

Se formos analisar mais detalhadamente, encontraremos raízes profundas de alta corrupção, que reconhecemos não ser privilégio somente do Brasil. Ela existe em todo o mundo, mas acontece que não podemos silenciar face a esses desmandos, a esse enriquecimento ilícito em detrimento aos interesses do povo.

Porisso, é dever de todo o cidadão de bem, denunciar ao povo, toda vez que tenha conhecimento de alguma corrupção, de algum enriquecimento ilícito em detrimento ao minguado dinheiro do povo, adquirido com muito sacrifício, com muito suor, com muita lágrima.

No caso em apreço, o de Cruzeiro do Oeste, entendo que seja do meu dever denunciar a esta Casa de Leis e aos meus nobres Pares, a maneira insólita com o qual o Prefeito Jair Pessoa de Moraes vem dirigindo os destinos daquele município.

Tudo indica que dentro de poucos dias a Câmara de Vereadores daquele município se reunirá para cassar o mandato que o povo lhe outorgou, na esperança que ele dirigisse os destinos municipais com honestidade e decência, o que não aconteceu.

Os comentários na cidade, não os de que já se encontra preparado um mandado de segurança que será impetrado no Juízo da Comarca, para assegurar-lhe a permanência no posto.

Nós, particularmente, não acreditamos que qualquer juiz honesto, decente e com vocação para a magistratura, lhe conceda essa segurança e o mantenha o posto que ele, o Prefeito, não soube honrar, entretanto, desde já queremos deixar consignado daqui desta honrosa tribuna parlamentar, que no tempo hábil efetuamos a denúncia das graves ocorrências em Cruzeiro do Oeste.

Se tal acontecer, isto é, se depois de cassado o mandato desse Prefeito corrupto a Justiça houver por bem em mantê-lo no posto de Prefeito, com prazer retornaremos a esta mesma tribuna para tecer comentários outros, responsabilizando os responsáveis pelo estímulo da corrupção.

Agradecendo a atenção que os nobres Deputados me dispensaram e em particular a Vossa Excelência, Sr. Presidente, encerro aqui as minhas palavras, pedindo escusas pela eventual impropriedade de expressões que haja empregado. Tenho dito. O SR. PRESIDENTE (**Nelson Buffara**) — Consulto a Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (**Declina**)

A Presidência anuncia, com imenso prazer, a presença

em nosso plenário do Dr. Edson Soares Arruda, Vereador no Município de Santo Antônio da Platina.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Buffara**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 47/79, que aprova termos de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses que, com a participação de Órgãos que especifica, objetiva minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 14/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses que, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, principalmente mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Buffara**) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial, que representará este Poder no Simpósio Nacional do Alcool Carburante, a ser realizado em Londrina. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para

anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do M.D.B., constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial, que irá a Londrina representar este Poder no Simpósio Nacional do Alcool Carburante. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Alfred kafer, ocorrido na Cidade de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado à TELEPAR, visando a instalação de uma linha telefônica no Distrito de Rio Sagrado, Município de Morretes. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Buffara**) — Deferido.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (**Pausa**)

11 Srs. Deputados o aprovam; nenhum rejeita.

O SR. DARCY DEITOS — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Buffara**) — Deferido o requerimento. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Responderam a chamada nominal 17 Srs. Deputados. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 57/79 e 58/79.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/79.

Levanta-se a sessão.



DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL  
BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 1979

<b>A T I V O</b>		
DISPONÍVEL		
Tesouraria	274.424,85	274.424,85
EXECUÇÃO DA DESPESA		
Venc. e Vantagens Fixas	46.615.696,16	
Desp. Variáveis C/P/Civil	30.671.224,74	
Contribuições de Prev. Social	1.045.795,02	
Outras Obrigações Patronais	36.543,75	
Material de Consumb	2.225.905,41	
Serv. de Terceiros e Encargos	25.664.794,23	
Desp. dos Exerc. Anteriores	53.025,84	
Subvenções Soc. a Inst. Privadas	6.810.410,43	
Inativos	13.499.955,57	
Pensionistas	2.640.646,56	
Salário Família	649.220,50	
Apoio Financeiro a Estudantes	765.600,00	
Assist. Médico Hospitalar	1.250.000,00	
Outras Transf. a Pessoas	89.438,33	
Obras e Instalações	-o-	
Equip. e Material Permanente	746.130,02	132.764.386,54
CONTAS PENDENTES		
Despesas Diferidas		
	SOMA ATIVO.....	133.038.811,39
<b>P A S S I V O</b>		
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS		
PESSOAL		
Venc. e Vantagens Fixas	46.650.000,00	
Desp. Variáveis C/P/Civil	31.320.000,00	
Contribuições de Prev. Social	1.270.000,00	
Outras Obrigações Patronais	50.000,00	
Outras Transf. a Pessoas	100.000,00	
Inativos	13.514.000,00	
Pensionistas	2.676.000,00	
Salário Família	670.000,00	96.250.000,00
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO		
Material de Consumo	1.895.000,00	
Serv. de Terceiros e Encargos	16.373.500,00	
Desp. dos Exerc. Anteriores	55.000,00	
Subvenções Sociais	6.810.900,00	
Apoio Financeiro a Estudantes	750.600,00	
Assist. Médico Hospitalar	700.000,00	26.600.000,00
CAPITAL		
Obras e Instalações	-o-	
Equip. e Material Permanente	1.000.000,00	123.850.000,00
CREDITORES		
Despesas Empenhadas	2.948.304,98	
Despesas Processadas	4.227.147,47	
Folha de Pagamento	74.874,88	
Consignações	1.125.450,38	8.373.777,71
RESTOS A PAGAR		
Empenhados	722.774,40	
Processados - Credores	-o-	
Processadas - Folha de Pagamento	1.308,47	
Cred. em Consignações	-o-	724.082,87
CONTAS PENDENTES		
Outras Contas Pendentes	88.950,81	88.950,81
	SOMA PASSIVO.....	133.038.811,39

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Contador Geral

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 04 DE JULHO DE 1979  
SEBASTIÃO DE L. CARDOSO  
Chefe Div. Cont.

DIRCEU G. CORDEIRO  
Chfe Sec. Cont.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SOBRE O COOPERATIVISMO PARANAENSE  
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**

Aos dezessete dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e nove, reuniram-se os membros titulares da CPI na Sala de Reuniões das Comissões, para a Sessão de Instalação. Achavam-se presentes os Senhores Deputados: FUAD NACLI, AUGUSTO CARNEIRO, DAVID CHERIEGATE, CYRO MARTINS, WERNER WANDERER, EGON PUDELL, NELTON MIGUEL FRIEDRICH, ANTÔNIO FACCI, FIDELCINO TOLENTINO e DARCY DEITOS, achando-se ausente o Deputado Trajano Bastos de Oliveira que foi substituído pelo Membro Suplente Deni Schwartz, bem como o Deputado Nilso Sguarezi estava presente, na qualidade de Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Deputado Fuad Nacli, na qualidade de mais idoso dos membros, abre os trabalhos da Sessão de Instalação e deixa livre a palavra. Pela ordem o Deputado Fidelcino Tolentino, propõe que a votação seja secreta. Com a palavra o Deputado Cyro Martins. Indica o nome do Deputado David Cheriegate para Presidente da CPI. Pela ordem o Deputado Darcy Deitos pondera que é praxe nos parlamentos e em especial na Câmara Federal que a Presidência das CPIs cabe ao Deputado proponente e pede que esta prática não seja quebrada nesta Assembléia. Com a palavra o Deputado Fidelcino Tolentino. Indica o nome do Deputado Nelton Friedrich para Presidência da CPI. O Presidente, solicita que os Deputados usem apenas duas vezes a palavra para cada assunto, para que haja ordenamento dos trabalhos. Pela ordem o Deputado Augusto Carneiro diz que a praxe de que falou o Deputado Darcy Deitos é válida, desde que haja entendimento entre as bancadas, mas afirma que não há uma obrigatoriedade que ela seja seguida e diz mais - que todos os Deputados que integram uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tem condições de presidir-la e nestas condições endossa a indicação feita pelo Deputado Cyro Martins e propõe ainda que o voto seja aberto e nominal. O Deputado Presidente diz que hoje seja eleito o Presidente e o vice, enquanto o relator poderá ser indicado oportunamente. Pela ordem o Deputado Antônio Facci, pondera que a proposição do Deputado Darcy Deitos é confirmação do parlamento brasileiro, bem como vem ao encontro do acordo de cavalheiros nesta Casa. Tendo em vista o magnífico trabalho realizado pelo Deputado Nelton Friedrich, certamente a CPI será bem motivada e terá melhores condições para alcançar os objetivos colimados. Temos o dever de ser claros e dizer que a maioria decide e que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não procurou manchete, mas sim estudar profundamente os problemas do Cooperativismo Paranaense. Diz não ter nenhuma prevenção, mas acha que deve ser respeitada a tradição e apela para que a Presidência fique com o proponente da CPI. Com a palavra o Deputado Augusto Carneiro, diz ter participado de três Comissões, onde o proponente não presidiu. Pela ordem, o Deputado Darcy Deitos, afirma que se o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não ficar com a Presidência, data vênica, esta seria uma demonstração da ditadura da maioria. O Deputado Cyro Martins não aceita a expressão "ditadura", uma vez que se trata de eleição e todos estão imbuídos de propósitos nobres para chegar a conclusões e fortalecer o cooperativismo. Com a palavra o Deputado Fidelcino Tolentino diz que o barco veleja e já se antevê, onde ele vai ancorar. Prossegue dizendo que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) levanta problemas com vistas ao fortalecimento de um dos segmentos

sociais e que o proponente da CPI tem todas as condições e conhecimento perfeito para dirigir os trabalhos, sem qualquer demérito para os demais componentes da Comissão. A indicação de um outro nome com certeza levará à exacerbação de ânimos. Verifica-se, diz ainda, que há uma determinação velada para que este ou aquele parlamentar fizesse parte da Comissão. Lamenta que não se faça justiça e pondera que deve imperar o bom senso e o Deputado Nelton Friedrich conquistou pelo trabalho e pesquisa ao propor a CPI, condições de levá-la a bom termo. Conclui dizendo, fazer estas ponderações para que quem tem ouvidos, ouça, se é que ainda há por parte da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), disposição para ouvir. O Senhor Deputado Deni Schwartz indaga se existe igualmente questão fechada com relação ao Relator. O Deputado Augusto Carneiro, pela ordem afirma que o Relator é indicado e conseqüentemente é problema do Presidente que será eleito. O Deputado Nelton Friedrich agradece as palavras elogiosas à sua pessoa e diz-se preocupado com os rumos da CPI, tendo em vista a demora de sua instalação e afirma que se houver questão fechada com relação ao Relator, o cargo de Vice-Presidente não interessa ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Senhor Presidente submete à votação, primeiramente a questão proposta pelo Deputado Fidelcino Tolentino, ou seja que a votação seja secreta. Houve empate na votação e o Presidente desempata em favor da votação a descoberto. Submetidos à votação os dois nomes propostos, isto é do Deputado DAVID CHERIEGATE e do Deputado NELTON FRIEDRICH, verificou-se o seguinte resultado: 5 (cinco) votos para o Deputado DAVID CHERIEGATE e 4 (quatro) votos para o Deputado NELTON FRIEDRICH, ambos os candidatos se abstiveram. O Deputado Nelton Friedrich ao se abster de votar disse agir desta forma por uma questão de ética, uma vez que agiria em causa própria caso votasse. O Senhor Presidente Fuad Nacli proclama eleito Presidente da CPI, o Deputado David Cheriegate. A seguir o Deputado Fuad Nacli propõe a eleição do Vice-Presidente, comentando que o Regimento interno menciona tal figura, mas que é praxe nas CPIs desta Casa seguir as normas da Câmara Federal. O Deputado Fidelcino Tolentino acha que isto é questão de bom senso. O Deputado Deni Schwartz propõe o nome do Deputado Cyro Martins. Pela ordem, o Deputado Werner Wanderer acha que a Vice-Presidência deve ser do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e em especial ao Deputado Nelton Friedrich. Pela ordem, o Deputado Fidelcino Tolentino, solicita que o Presidente eleito assuma a direção dos trabalhos. Ao assumir, o Deputado David Cheriegate, agradece a confiança dos companheiros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e afirma que pretende dirigir os trabalhos com total isenção de ânimo e com a máxima seriedade. O Deputado Fuad Nacli, agradece a colaboração que teve na instalação desta CPI e diz que sempre buscou o diálogo e por isso ficaria satisfeito se a Vice-Presidência ficasse com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Afirma que não houve interferência e que proferiu o voto dele pelas seguintes razões: - 1.º - lealdade ao seu partido; 2.º - trata-se de eleição; 3.º - desconhece qualquer pedido do Palácio Iguaçu e finalmente propõe que o Relator seja indicado posteriormente e que vota para o Cargo de Vice-Presidente no nome do Deputado Nelton Friedrich. Com a palavra o Deputado Augusto Carneiro faz veemente apelo ao Deputado Nelton Friedrich para que aceite a Vice-Presidência ou então que a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) indique outro nome. O Deputado Fidelcino Tolentino, afirma que se a Aliança Renovadora Nacional

(ARENA) força a Vice-Presidência, parece-lhe óbvio que o Relator será do Partido situacionista. Acrescenta ainda que a proporcionalidade é princípio Constitucional e deve ser mantido também nas CPIs. Conclui afirmando que a eleição do Vice, antes da indicação do Relator é um jogo inteligente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Pela ordem, o Deputado Augusto Carneiro, diz que o posicionamento do Deputado Fidelcino Tolentino é inteligente, mas insiste que a indicação do Relator é do Presidente, enquanto o cargo de Vice-Presidente é eleito pelos Membros da CPI. Faz novo apelo ao Deputado Nelton Friedrich para que aceite. O Deputado Nilso Sguarezi pede a palavra que lhe é deferida para fazer as seguintes ponderações: "As CPIs são instrumentos das Minorias. Retram uma posição partidária sobre as diferentes matérias que tratam. É praxe que as minorias tenham participação efetiva nos trabalhos das CPIs e vê que a praxe está sendo quebrada nesta hora. No Congresso Nacional, quando a Presidência é de um Partido, o Relator cabe ao outro. Para que exista harmonia e continuidade nos trabalhos o cargo de Vice-Presidente deve ser da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em vista disto, o cargo de Relator deveria ser do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)". O Deputado Cyro Martins julga que o cargo de Vice-Presidente deveria ser do Movimento Democrático Brasileiro e este não deve recuar e sim aceitar a posição. O Senhor Presidente diz que oportunamente indicará o Relator e que imediatamente se passe à eleição do Vice-Presidente. Com a palavra o Deputado Nelton Friedrich diz que o seu partido não tem condições de aceitar por uma questão de lógica. O Deputado Augusto Carneiro insiste e continua a votar para o cargo na pessoa do Deputado Nelton Friedrich ou outro nome indicado pelo MDB. Pela ordem, o Deputado Deni Schwartz lavra um veemente protesto contra a maneira como estão se conduzindo os trabalhos. Diz textualmente "Chega de palhaçada e não posso perder tempo, pois palhaçada por palhaçada, prefiro assistir o programa "Chico City". Todos somos amigos, vamos dizer as coisas claramente, sem rodeios." Adiante afirma que nesta CPI está se praticando o enterro da democracia, pois aqui existe uma fidelidade bovina. Diz mais: "os mais velhos me conhecem e não contestarão, mas que aqui está se cumprindo uma ordem superior ninguém tem dúvidas. Queiram ou não, a CPI vai em frente. Nós iremos à Tribuna. Iremos à praça pública para dizer a verdade. Sabemos mais, o Relator desta CPI será o Deputado Augusto Carneiro. Isto só não acontecerá se os Senhores pensarem e não acatarem ordens de cima. "Após esta manifestação, retira-se do plenário, no que é acompanhado pelo Deputado Fidelcino Tolentino. Pela ordem, o Deputado Egon Pudell, diz que todos os Deputados nutrem os mesmos propósitos de levar a CPI avante, apurar toda a verdade e que os propósitos enunciados pelo Deputado Deni Schwartz, são de todos, embora possam ser vistos sob outros prismas, porque nós não prejudicamos. Com a palavra o Deputado Darcy Deitos diz que os Deputados da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) querem tudo e nada resta ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), porisso afirma que para o seu Partido só há um caminho ou a Presidência ou o cargo de Relator. Com a palavra o Deputado Cyro Martins, diz conhecer, há anos o Deputado Deni Schwartz e diz que ele cometeu um deslize ao afirmar que a CPI não funcionará. Não existe tal perigo porque todos somos responsáveis. Diz mais se uma cooperativa não funciona, há muitas outras em pleno desenvolvimento. Nesta sua acertiva é apoiado pelo Deputado Egon Pudell. Com a palavra o Deputado Fuad Nacli diz que respeita o Deputado Deni Schwartz e faz-lhe justiça quando defende da Tribuna seus pontos de vista e os

interesses da comunidade paranaense e afirma que ao aceitar a inclusão de seu nome na CPI o fez consciente da responsabilidade e jamais para fazer parte de um circo e afirma que nas proposições votará mesmo com a Oposição se julgar justo. Rebate as críticas a respeito da demora da instalação, pois não se apercebeu de imediato que era o mais idoso e após a convocação feita no dia 9, havia Deputados titulares da CPI que se encontravam viajando. Espera que a CPI traga à luz do dia toda a verdade e afirma categoricamente que jamais votará para acobertar quem quer que seja. Com a palavra o Deputado Augusto Carneiro diz que aceitou a indicação para pertencer a CPI, porque conhece os problemas do Cooperativismo, uma vez que pertenceu à Diretoria da COAMO e também sabe da situação da COTRIGUAÇU. Comentando a posição do Deputado Deni Schwartz, diz que o Parlamentar não deu a devida consideração e valor aos demais membros da CPI. Da mesma forma que o Deputado Deni Schwartz, todos querem apurar a realidade do Cooperativismo, pois todos tem o mesmo espírito, sem visar cargos e os assuntos serão votados e pede que o Deputado Deni Lineu Schwartz faça as críticas quando ocorrerem deslizes. O Senhor Presidente coloca em pauta a eleição do Vice-Presidente. Pela ordem, o Deputado Nilso Sguarezi comunica que nem o Deputado Nelton nem outro Membro do seu Partido aceita o cargo de Vice-Presidente. Pela ordem, o Deputado Antônio Facci comenta que o Deputado Augusto Carneiro ofendeu o Deputado Nelton Friedrich, no instante em que disse que todos os Deputados são homens ponderados, mas não aceitou o seu nome para presidir a CPI. Com a palavra o Deputado Nelton Friedrich pede que prevaleça o bom senso, pois só há dois cargos executivos: Presidente e Relator e se a Presidência coube à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o cargo de Relator deve ser do outro, respeitando-se assim a proporcionalidade, critério adotado pelo Congresso Nacional. Com a palavra o Deputado Fuad Nacli, pondera que a escolha do Relator seja feita em outra oportunidade. O Senhor Presidente põe em votação os dois nomes indicados para a Vice-Presidência, ou seja dos Deputados Fuad Nacli e Cyro Martins. Procedida a votação, verificou-se o resultado de 5 (cinco) votos para o Deputado Fuad Nacli e 1 (um) voto para o Deputado Cyro Martins, sendo que os dois candidatos se abstiveram de votar, bem como o Presidente. O Senhor Deputado Augusto Carneiro ao proferir o seu voto, justificou que continuava com seu ponto de vista de votar no nome do Deputado Nelton Friedrich ou outro indicado pela Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e que só votava no Deputado Fuad Nacli, uma vez que o Partido Oposicionista não aceitava, sob forma alguma, participar da direção da CPI, com o cargo de Vice-Presidente. O Senhor Presidente declarou eleito o Senhor Deputado Fuad Nacli e a seguir, indicou para Relator da CPI, o Senhor Deputado Augusto Carneiro. Ao fazer a indicação justificou sua posição, dizendo que considerava todos os Membros dignos, íntegros e que o fator partidário jamais seria motivo para obnubilar ou deixar de levar a bom termo os trabalhos que a Comissão se propõe. Os Membros da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao tomarem conhecimento da indicação do Relator, abandonaram o plenário da reunião, como forma de protesto, pela maneira como foram preenchidos os cargos executivos da CPI. Como nada mais houvesse a deliberar, o Senhor Presidente agradeceu a confiança nele depositada e prometeu levar a bom termo os trabalhos da CPI, esperando colaboração de todos, encerrando a presente reunião, da qual, na qualidade de Secretário indicado, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

(aa) DAVID CHERIEGATE – Presidente  
FRANCISCO DRANKA – Relator.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**9.<sup>a</sup> LEGISLATURA – 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 15.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da HORA DO EXPEDIENTE, passou-se à ORDEM DO DIA, oportunidade em que o Senhor Deputado Augusto Carneiro apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETOS DE LEI N.ºs: 45/77 e 09/79, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs: 02/77, 45/79, 46/79, 47/79, 48/79, 54/79, 55/79 e 56/79, as quais foram aprovadas sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR – Secretário

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**  
**1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e nove, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL e com a presença do Magnífico Reitor da Fundação Universitária Estadual de Londrina, acompanhado do Doutor João Gilberto Martins, Coordenador da Administração de Finanças e também com a presença dos Docentes da mesma, Doutor João Carlos Thompson, Doutor João Amorim Filho, Doutor Ivan Pozzi, Luiz Eduardo Cheida, Doutor Lúcio Tedeschi Marchesi, Doutora Joselina Passos, Doutor Pedro Garcia Lopes e Doutor Tooro Watara, contando ainda com a presença dos Senhores Deputados Membros da Comissão de Instrução Pública e demais Deputados convocados de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião. Todos os debates da mesma se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Aos dias sete de junho foi reaberta a reunião, com a presença de Deputados Membros da Comissão e debatidos assuntos que também se encontram em notas taquigráficas traduzidas anexas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL – Presidente  
MARIA APARECIDA AMARAL – Secretária

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**  
**9.<sup>a</sup> LEGISLATURA – 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA**  
**1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de um

mil novecentos e setenta e nove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, compaceram os Senhores Deputados componentes da Comissão de Agricultura, com a Presidência do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. A reunião teve por objetivo, a situação agrícola de nosso Estado, em confronto com os demais Estados da União. Após as discussões sobre a matéria, ficou decidido que as deliberações serão tomadas na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretário da Comissão.

(aa) RUBEN VALDUGA – Presidente  
MARLENE COUTO DE CRISTO – Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**9.<sup>a</sup> LEGISLATURA – 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e nove, reuniu-se a Comissão de Finanças, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA. Contando com a presença dos Senhores Deputados Membros e Suplentes e outros Senhores Deputados cujas presenças foram anotadas em separado, para posterior envio ao Senhor Presidente deste Poder. Contando com número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada houvesse da HORA DO EXPEDIENTE, passou-se à ORDEM DO DIA, quando foram relatados e aprovados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 64/78 - de autoria do Deputado Wilson Fortes. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 102/78 - de autoria do Deputado Trajano Bastos. Relator: Deputado Darcy Deitos. Parecer CONTRÁRIO-APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 99/78 - de autoria do Deputado Accioly Neto. Relator: Deputado Darcy Deitos. Parecer CONTRÁRIO-APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 66/78 - de autoria do Deputado Valter Pietrângelo. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer CONTRÁRIO-APROVADO. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 131/78 - de autoria do Deputado Trajano Bastos. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar, eu, Nelson Sílvia Salles, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA – Presidente  
NELSON SÍLVIO SALLES – Secretário

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**9.<sup>a</sup> LEGISLATURA – 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da HORA DO EXPEDIENTE, passou-se à ORDEM DO DIA, ocasião em que o Deputado AUGUSTO CARNEIRO apresentou

redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 83/78 - de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes. PROJETO DE LEI N.º 01/79 - de autoria do Deputado Erondy Silvério. PROJETO DE LEI N.º 18/79 - de autoria do Deputado Dácio Leonel. PROJETO DE LEI N.º 19/79 - de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/79 - De autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 01/79. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 06/79 - de autoria da C.C.J., ex-Proposição 16/79. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/79 - de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 07/79. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08/79 - de autoria da C.C.J.,

ex-Proposição n.º 27/79. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/79 - de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 32/79. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/79 - de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 37/79. A P R O V A D A S: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO - Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR - Secretário